Rua Rio de Janeiro, 300 CEP 16015-150 TELEFAX 18 3636.1100 e-mail: saude@aracatuba.sp.gov.br



OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO SMSA Nº 002/2018

PARTICIPES:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA -SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL IRMANDADE SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BIRIGUI

**OBJETO DO CONTRATO:** 

CONTRATAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARA O GERENCIAMENTO, A OPERACIONALIZAÇÃO E A EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA; CENTRAL DE REGULAÇÃO MÉDICA E TRANSPORTE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E PRONTO-SOCORRO MUNICIPAL "AINDA VANZO DOLCE".

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA, Prefeitura Municipal de Aracatuba, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº. 45.511.847/0001-79, com sede à Rua Coelho Neto, n.º 73, Município de Araçatuba, neste ato representada por seu Exmo. Prefeito Municipal, o Sr. DILADOR BORGES DAMASCENO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 9.758.697-3 - SSP/SP e do CPF/MF n.º 111.389.126-20, residente e domiciliado à Rua Aquidaban, nº 211, neste município de Araçatuba, daqui por diante denominado simplesmente como MUNICIPIO e de outro lado a IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BIRIGUI, pessoa jurídica de direito privado, entidade filantrópica sem fins lucrativos, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n.º 45.383.106/0001-50. com sede na Rua Dr. Carlos Carvalho Rosa, 115 - Bairro Silvares, no Município de Biriqui, neste ato representado por CLAUDIO CASTELÃO LOPES, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.829.487-3, inscrito no CPF nº 023.526.508-01, ao final assinado, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista a homologação do resultado do Chamamento Público nº 001/2018, pelo senhor Prefeito Municipal, aplicando-se as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 no que couber, com base no edital disciplinador do certame e seus anexos e na proposta técnica e financeira da contratada, aos quais ficam estritamente vinculados e considerando as medidas necessárias para o enfrentamento da emergência em saúde pública decorrente do covid-19 com medidas de manutenção à prevenção, controle, contenção de riscos, danos e agravos a saúde pública, RESOLVEM, ADITAR o presente contrato de gestão po 002/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

XV

Rua Rio de Janeiro, 300 CEP 16015-150 TELEFAX 18 3636.1100 e-mail: saude@aracatuba.sp.gov.br



CLÁUSULA PRIMEIRA – Fica aditado o Contrato de Gestão nº 002/2018, cujo objeto é a execução das atividades de gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde na Central de Regulação Médica e Transporte de Urgência e Emergência e Pronto Socorro Municipal "Aida Vanzo Dolce, no valor de R\$ 606.853,60 (Seiscentos e Seis Mil, Oitocentos e Cinquenta e Três Mil e Sessenta Centavos) mensais, para o período de 02 (dois meses), ou enquanto durar o estado de pandemia, podendo ser prorrogado, conforme o disposto no artigo art. 57, inc. Il da lei nº 8.666/93, a critério da Administração até o limite legal, para custear as medidas adotadas no enfrentamento da emergência em saúde pública COVID-19 com pessoal, insumos, medicamentos e equipamentos de proteção individual entre outros.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – As despesas deste CONTRATO DE GESTÃO correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

DESCRIÇÃO	CÓDIGO	
Unidade Orçamentária	02.20.06	
Função	10	
Subfunção	302	
Programa	0033	
Fonte de Recurso	05	
Grupo de Despesa	3.3.90.39.01	
Ficha	1244	
Aplicação	312.0003	

PARÁGRAFO ÚNICO – Os gastos realizados com as ações de combate ao COVID-19 deverão ser apresentados em prestação de conta específica, relativo a este aditamento.

CLAUSULA QUARTA - Permanecem inalteradas, reiteradas, ratificadas e em plena vigência todas as demais Cláusulas e condições que não foram atingidas por este aditamento.

Por estarem de acordo, assim justas e acertadas, as partes firmam o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma, perante 2 (duas) testemunhas, para que se produzam seus devidos e legais efeitos.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARACATUBA

Araçatuba, 23 de novembro de 2020.

– Prefeito Municipal de Araçatuba –

/ (

8

Rua Rio de Janeiro, 300 CEP 16015-150 TELEFAX 18 3636.1100 e-mail: saude@aracatuba.sp.gov.br



CARMEM SÍLVIÁ GUARIENTE - Secretaria Municipal de Saúde de Araçatuba -

Diretor Administrativo

Valter Pacioni Diretor Financeiro

- Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Birigui -

Testemunhas

Assessara Exacutiva da Secreta la Municipal da

SMS/PMA

Rua Rio de Janeiro, 300 CEP 16015-150 TELEFAX 18 3636.1100 e-mail: saude@aracatuba.sp.gov.br



# ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (Contratos)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA
CONTRATADO: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BIRIGUI
OBJETO: ADITAMENTO DO CONTRATO CUJO OBJETO É A SELEÇÃO DE
ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARA O GERENCIAMENTO, A OPERACIONALIZAÇÃO
E A EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE NOS SERVIÇOS DE
URGÊNCIA E EMERGÊNCIA: PRONTO-SOCORRO MUNICIPAL "AIDA VANZO
DOLCE" E CENTRAL DE REGULAÇÃO MÉDICA E TRANSPORTE DE URGÊNCIA
E EMERGÊNCIA.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

# 1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico:
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço residencial ou eletrônico ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

# Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL & DATA:	
GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:	
Nome: DILADOR BORGES DAMASCENO	
Cargo: Prefeito Municipal	
CPF: 111.389.126-20 RG: 9.758.697-3	
Data de Nascimento: 07/02/1954	
Endereço residencial completo: Rua Aquidaban, 211 - Vila Mendonça,	Araçatuba-SP.
E-mail institucional: dilador@aracatuba.sp.gov.br	150

E-mail pessoal: dilador@gmail.com
Telefone(s): (18) 3607)6500
Assinatura:

Y

Rua Rio de Janeiro, 300 CEP 16015-150 TELEFAX 18 3636.1100 e-mail: saude@aracatuba.sp.gov.br



# Responsáveis que assinaram o ajuste:

Advogado:

eletrônico.

Nome: DILADOR BORGES DAMASCENO Cargo: Prefeito Municipal CPF: 111.389.126-20 RG: 9.758.697-3
Data de Nascimento: 07/02/1954 Endereço residencial completo: Rua Aquidaban, 211 - Vila Mendonça, Araçatuba-SP. E-mail institucional: dilador@aracatuba.sp.gov.br
E-mail pessoal: dilador@gmail.com Telefone(s): (18) 3607-6500 Assinatura:
Nome: CARMEM SÍLVIA GUARIENTE Cargo: Secretária Municipal de Saúde. CPF: 066.253.878-19 RG: 13.902.849-3
Data de Nascimento: Endereço residencial completo: R Prudente de Moraes n.º 765-Centro, Guararapes-SP.
E-mail institucional: saude@aracatuba.sp.gov.br E-mail pessoal: cs.guariente@gmail.com Telefone(s): (18) 3607-6620 Assinatura:
Pela CONTRATADA: Nome: Miguel Ribeiro Cargo: Diretor Administrativo CPF nº 009.356.858-47 Data de Nascimento: Endereço residencial completo: E-mail institucional: E-mail pessoal: Telefone(s): Assinatura:
Pela CONTRATADA: Nome: Valter Pancioni Cargo: Diretor Financeiro CPF nº 023.530.498-00 Data de Nascimento: Endereço residencial completo: E-mail institucional: E-mail pessoal: Telefone(s): Assinatura:

(\*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço



**FUNDADA EM 1935** 

Declarada de Utilidade Pública pelos Decretos: Federal nº 59.502/66 – Estadual nº 9.745 e Municipal nº 422

Isento do Imposto de Renda – Ato Declaratório – Isenção nº 81000/13/71 Organização Social de Saúde – Portaria nº 54/2016 de 27/10/2016

Birigui/SP, 9 de novembro de 2020.

Ofício O.S.S. N°439/2020

ELABORADO POR PRISCILA FERNANDA MARQUES

À

ILMA Sr.ª

CARMEM SILVIA GUARIENTE

Secretaria Municipal de Saúde Rua Rio de Janeiro, 300 - Vila Mendonca, Araçatuba – SP – CEP 16015-150 Maria Helena de A. Valim Santos
Diretora do Departamento de
Urgencia e Emergencía

Assunto: Apresentação do plano de trabalho e planilha financeira para incremento ao Contrato de Gestão 002/2018, tendo a finalidade de atendimento resolutivo e qualificado aos pacientes acometidos por quadros suspeitos e confirmados de Covid-19

Prezada Secretária,

A IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BIRIGUI, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ n° 45.383.106/0010-40, com sede na Rua Rosa Cury, nº 50 na cidade de Araçatuba/SP, em cumprimento ao estabelecido no Contrato de Gestão nº 002/2018, firmado entre o Município de Araçatuba e a instituição, com o compromisso entre as partes para gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do PROJETO CENTRAL DE REGULAÇÃO MÉDICA E TRANSPORTE DE URGÊNCIA EMERGÊNCIA E PRONTO SOCORRO MUNICIPAL — "Aida Vanzo Dolce", vem respeitosamente perante Vossa Senhoria, requerer digne-se homologar plano de trabalho juntamente com Planilha Financeira referente ao atendimento emergencial aos casos suspeitos e confirmados de COVID-19.

Considerando a Pandemia do COVID – 19; considerando o aumento de sítios funcionais dentro do Pronto Socorro Municipal; considerando a implantação de uma viatura do SAMU específica para o transporte de paciente acometidos pelo COVID -19; considerando as estatísticas de acometimento de profissionais de saúde afastados de suas atividades por um período mínimo de 14 dias;

}





FUNDADA EM 1935 Declarada de Utilidade Pública pelos Decretos: Federal nº 59.502/66 — Estadual nº 9.745 e Municipal nº 422

Isento do Imposto de Renda – Ato Declaratório – Isenção nº 81000/13/71 Organização Social de Saúde – Portaria nº 54/2016 de 27/10/2016

considerando a necessidade de manter o atendimento à população de maneira integral, contínua e humanizada, sendo que não existe um prazo definido para o término da Pandemia. Considero ainda que os cargos listados bem como o quantitativo de profissionais a serem contratados podem sofrer variações de acordo com o fluxo de atendimento em nosso serviço bem como afastamentos e agravos à saúde inerentes à patologia em questão. Caso haja a necessidade de contratação de profissionais por categoria divergente do proposto, a mesma será encaminhada para a Secretaria Municipal de Saúde com a justificativa da contratação bem como a previsão do período de trabalho, sendo realizada após a tramitação de documentos e autorização do Departamento.

- Considerando a necessidade de manutenção do aumento de profissional médico para suprir as necessidades de investigação e tratamento aos casos suspeitos e confirmados de COVID-19 tendo a finalidade de intensificar os atendimentos de urgência e emergência para ampliar os mecanismos de respostas direcionados a atendimento específico ao caso desta patologia.
- Considerando ainda a necessidade de equipamentos de proteção individual (EPI), afim de garantir a proteção em saúde dos nossos colaboradores; considerando quantidade de funcionários deste Projeto; considerando a falta de fornecedores que possuam em estoque EPI para fornecimento imediato; considerando o aumento do custo de cada EPI, o qual necessitamos manter em nossa unidade bem como solicitar autorização para aquisição de EPI assim que atingirem o estoque mínimo conforme apresentado anteriormente, pela Organização Social de Saúde Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Birigui a compra de materiais necessários para o enfrentamento, ainda que ultrapasse o valor de rubrica estabelecido, mediante o repasse financeiro pela Prefeitura Municipal de Saúde, garantindo que não haja desabastecimento bem como o comprometimento de outras rubricas necessárias ao funcionamento do Projeto. A quantidade de insumos a serem adquiridos dependerá da demanda de pacientes atendidos bem como o quantitativo de funcionários. Saliento que todas as compras referentes a insumos, EPI serão solicitadas pelo Gerente de Almoxarifado ao Setor de Compras que seguirão todos os trâmites necessários e inclusão na prestação de contas mensalmente.









**FUNDADA EM 1935** 

Declarada de Utilidade Pública pelos Decretos: Federal nº 59.502/66 – Estadual nº 9.745 e Municipal nº 422

Isento do Imposto de Renda – Ato Declaratório – Isenção nº 81000/13/71 Organização Social de Saúde – Portaria nº 54/2016 de 27/10/2016

- Considerando o aumento dos custos com produtos de higiene e limpeza, bem como o aumento na quantidade de produtos utilizados, devido a necessidade de intensificação da limpeza e desinfecção das áreas públicas, superfícies e objetos, envolvendo medidas para evitar o contato direto de pessoas com superfícies ou objetos contaminadas por gotículas respiratórias produzidas quando uma pessoa infectada tosse, fala ou espirra, solicito aporte financeiro, para dar continuidade aos trabalhos, evitando a propagação do covid-19 de pessoa a pessoa por contato direto com superfícies e objetos.
- Considerando a necessidade da utilização de medicamentos específicos utilizados ao enfrentamento da pandemia pelo vírus COVID-19; considerando que o valor total da rubrica destinado a medicamentos referente ao plano de trabalho do contrato de gestão encontra-se totalmente comprometido pelos atendimentos acometidos pelas demais patologias, solicitamos aporte de recurso financeiro para suprimento dos atendimentos relacionados a pandemia, garantido a qualidade e segurança nos atendimentos e evitando a desassistência.
- Considerando a necessidade de transporte dos pacientes acometidos pelo COVID-19 para os serviços referenciados, conforme avaliação e indicação médica especializada; considerando que foram cedidas pelo município duas ambulâncias despendendo assim de recursos financeiros para manutenção de rotina.
- Apresentamos assim em anexo incremento financeiro juntamente com plano de trabalho necessário para prorrogação das ações até 31 de Dezembro de 2020.







# **FUNDADA EM 1935**

Declarada de Utilidade Pública pelos Decretos: Federal nº 59.502/66 – Estadual nº 9.745 e Municipal nº 422

Isento do Imposto de Renda – Ato Declaratório – Isenção nº 81000/13/71 Organização Social de Saúde – Portaria nº 54/2016 de 27/10/2016

# Incremento financeiro

Profissional médico	Quantidade	Valor por plantão	Valor total
Médico plantão 12 horas	31	R\$ 1.230,00	R\$ 38.130,00
Médico plantão 6 horas	31	R\$ 615,00	R\$ 19.065,00
Total	62	R\$ 1.845,00	R\$ 57.195,00







FUNDADA EM 1935 Declarada de Utilidade Pública pelos Decretos: Federal nº 59.502/66 – Estadual nº 9.745 e Municipal nº 422

Isento do Imposto de Renda – Ato Declaratório – Isenção nº 81000/13/71 Organização Social de Saúde – Portaria nº 54/2016 de 27/10/2016

# RMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BIRIGUI

# PROJETO: PRONTO SOCORRO MUNICIPAL ARAÇATUBA - CONTRATAÇÃO COVID

										-			
FUNÇÃO	ESCALA	TOTAL	PISO	ADICIONAL	ADICIONAL	TOTAL		FÉRIAS	1/3 FÉRIAS	DECIMIO	FGTS TOTAL	FGTS + 40%	FGTS + 40% TOTAL GERAL
		FUNCIONÁRIOS	SALARIAL	INSALUBR	NOTURNO	INDIVIDUAL	RENDIMENTOS			TERCEIRO			
ENFERMEIRO ASSISTENCIAL	DIURNO	8	2.971,75	209,00	0,00	3.180,75	25.446,00	2.120,50	706,83	2.120,50	2.431,51	972,60	33.797,94
ENFERMEIRO ASSISTENCIAL	NOTURNO	8	2.971,75	209,00	1.208,76	4.389,51	35.116,08	2.926,34	975,45	2.926,34	3.355,54	1.342,21	46.641,96
ENFERMEIRO ASSISTENCIAL	FOLGUISTA	2	2.971,75	209,00	1.208,76	4.389,51	8.779,02	731,59	243,86	731,59	838,88	335,55	11.660,49
TÉCNICO ENFERMAGEM	DIURNO	19	1.541,33	209,00	0,00	1.750,33	33.256,27	2.771,36	923,79	2.771,36	3.177,82	1.271,13	44,171,72
TÉCNICO ENFERMAGEM	NOTURNO	19	1.541,33	209,00	620,53	2.370,86	45.046,34	3.753,86	1.251,29	3.753,86	4.304,43	1.721,77	59.831,55
TÉCNICO ENFERMAGEM	FOLGUISTA	6	1.541,33	209,00	620,53	2.370,86	14.225,16	1.185,43	395,14	1.185,43	1.359,29	543,72	18.894,17
AUX SERVIÇOS GERAIS	DIURNO	4	1.178,48	209,00	0,00	1.387,48	5.549,92	462,49	154,16	462,49	530,33	212,13	7.371,53
AUX SERVIÇOS GERAIS	NOTURNO	4	1.178,48	209,00	447,82	1.835,30	7.341,20	611,77	203,92	611,77	701,49	280,60	9.750,74
AUX SERVIÇOS GERAIS	FOLGUISTA	1	1.178,48	209,00	447,82	1.835,30	1.835,30	152,94	50,98	152,94	175,37	70,15	2.437,69
RECEPCIONISTA	DIURNO	2	1.562,33	209,00	0,00	1.771,33	3.542,66	295,22	98,41	295,22	338,52	135,41	4.705,44
RECEPCIONISTA	NOTURNO	2	1.562,33	209,00	593,69	2.365,02	4.730,04	394,17	131,39	394,17	451,98	180,79	6,282,54
RECEPCIONISTA	FOLGUISTA	1	1.562,33	209,00	593,69	2.365,02	2.365,02	197,09	65,70	197,09	225,99	90,40	3,141,27
AUXILIAR FARMÁCIA	DIURNO	4	1.541,33	209,00	0,00	1.750,33	7.001,32	583,44	194,48	583,44	669,02	267,61	9.299,31
AUXILIAR FARMÁCIA	NOTURNO	4	1.541,33	209,00	585,71	2.336,04	9.344,16	778,68	259,56	778,68	892,89	357,15	12,411,12
AUXILIAR FARMÁCIA	FOLGUISTA	1	1.541,33	209,00	585,71	2.336,04	2.336,04	194,67	64,89	194,67	223,22	89,29	3,102,78
FARMACEUTICO	DIURNO	2	3.014,82	209,00	0,00	3.223,82	6.447,64	537,30	179,10	537,30	616,11	246,44	8.563,90
FARMACEUTICO	NOTURNO	2	3.014,82	209,00	1.145,63	4.369,45	8.738,90	728,24	242,75	728,24	835,05	334,02	11.607,20
FARMACEUTICO	FOLGUISTA	1	3.014,82	209,00	1.145,63	4.369,45	4.369,45	364,12	121,37	364,12	417,53	167,01	5.803,60
MOTORISTA	DIURNO	2	1.541,33	209,00	0,00	1.750,33	3.500,66	291,72	97,24	291,72	334,51	133,80	4.649,65
MOTORISTA	NOTURNO	2	1.541,33	209,00	585,71	2.336,04	4.672,08	389,34	129,78	389,34	446,44	178,58	6.205,56
MOTORISTA	FOLGUISTA	1	1.541,33	209,00	585,71	2.336,04	2.336,04	194,67	64,89	194,67	223,22	89,29	3.102,78
PORTEIRO	DIURNO	4	1.541,33	209,00	0,00	1.750,33	7.001,32	583,44	194,48	583,44	669,02	267,61	9.299,31
PORTEIRO	NOTURNO	4	1.541,33	209,00	585,71	2.336,04	9.344,16	778,68	259,56	778,68	892,89	357,15	12,411,12
PORTEIRO	FOLGUISTA	1	1.541,33	209,00	585,71	2.336,04	2.336,04	194,67	64,89	194,67	223,22	89,29	3.102,78
AUXILIAR DE MANUTENÇÃO	DIURNO	1	1.722,75	209,00	0,00	1.931,75	1.931,75	160,98	53,66	160,98	184,59	73,84	2.565,79
SUPERVISOR	FOLGUISTA	1	4.845,24	209,00	1.841,19	6.895,43	6.895,43	574,62	191,54	574,62	658,90	263,56	9.158,66

TOTAL FOLHA PAGAMENTO

TOTAL DESPESAS ADICIONAIS

14,662,98

349.970,62

TOTAL GERAL 364.633,60

5

0

EXAMES OCUPACIONAIS
CONTROLE PONTO
TICKET

RS RS RS

138,33

R\$ -R\$ -14.662,98 R\$ -R\$ -

DESPESAS UNIFORMES

DESPESAS ADICIONAIS

106

QTDADE

custo

TOTAL

MATERIAIS LIMPEZA

TOTAL DESPESAS ADICIONAIS

14.662,98

PRONTO SOCORRO ARAÇATUBA CNPJ: 45.383.106/0010-40



1000

FUNDADA EM 1935
Declarada de Utilidade Pública pelos Decretos: Federal nº 59.502/66 – Estadual nº 9.745 e
Municipal nº 422

Isento do Imposto de Renda – Ato Declaratório – Isenção nº 81000/13/71 Organização Social de Saúde – Portaria nº 54/2016 de 27/10/2016



# IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BIRIGUI

PROJETO: PRONTO SOCORRO MUNICIPAL ARAÇATUBA - CONTRATAÇÃO COVID



	JULHO	풍		AGOSTO		SETEMBRO		OUTUBRO	Z	NOVEMBRO		DEZEMBRO
	33 FUNCIONÁRIOS	ONÁRIOS	75 F	75 FUNCIONÁRIOS 84 FUNCIONÁRIOS	84 F	UNCIONÁRIOS		PROVISION	AME	PROVISIONAMENTO - 106 FUNCIONÁRIOS	NCIO	NÁRIOS
FOLHA DE PAGAMENTO	R\$	31.076,63	Ŗ	145.873,92	Ŗ\$	192.973,09	靐	R\$ 263.488,00 R\$ 263.488,00	Ŗ\$	263.488,00	R\$	263.488,00
FGTS	R\$	2.464,89	R\$	11.542,80	₹	15.408,28	Ŗ\$	R\$ 21.079,04 R\$ 21.079,04 R\$	Ŗ\$	21.079,04	Ŗ\$	21.079,04
VALE ALIMENTAÇÃO	R\$	2.019,18	R\$	8.345,27	R\$	10.857,44	Ŗ\$	R\$ 14.662,98 R\$ 14.662,98 R\$	R\$	14.662,98	R\$	14.662,98
13º SALÁRIO	R\$	2.589,72	R\$	12.156,16	R\$	16.081,09	R\$	R\$ 21.957,33   R\$ 21.957,33   R\$	R\$	21.957,33	R\$	21.957,33
FÉRIAS	R\$	2.589,72	R\$	12.156,16	R\$	16.081,09	R\$	R\$ 21.957,33 R\$ 21.957,33 R\$	R\$	21.957,33	R\$	21.957,33
1/3 FÉRIAS	R\$	863,24	R\$	4.052,05	R\$	5.360,36	Ŗ\$	7.319,11	R\$	7.319,11 R\$ 7.319,11 R\$	R\$	7.319,11
FGTS (13º SALÁRIO, FÉRIAS, 1/3 FÉRIAS)	R\$	483,41	R\$	2.269,15	R\$	3.001,80	R\$	4.098,70 R\$	R\$	4.098,70 R\$	Ŗ\$	4.098,70
FGTS (MULTA 40%)	R\$	1.179,32 R\$	R\$	5.524,78 R\$	R\$	7.364,03	Ŗ\$	10.071,10 R\$ 10.071,10 R\$	Ŗ\$	10.071,10	Ŗ\$	10.071,10
	2				1				1		3	
TOTAL GERAL	RS.	43.266,11	Ŗ\$	43.266,11   R\$ 201.920,29   R\$	₹,	267.127,19	₹,	364.633,60	R\$	364.633,60	R\$	R\$ 364.633,60   R\$ 364.633,60   R\$ 364.633,60

6

0

PRONTO SOCORRO ARAÇATUBA CNPJ: 45.383.106/0010-40



# **FUNDADA EM 1935**

Declarada de Utilidade Pública pelos Decretos: Federal nº 59.502/66 – Estadual nº 9.745 e Municipal nº 422

Isento do Imposto de Renda – Ato Declaratório – Isenção nº 81000/13/71 Organização Social de Saúde – Portaria nº 54/2016 de 27/10/2016

Valores de despesas por rubrica/ mensal	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
RECURSO HUMANOS	R\$ 364.633,60	R\$ 364.633,60	R\$ 729.267,20
Pessoa jurídica medico	R\$ 57.195,00	R\$ 57.195,00	R\$ 114.390,00
Manutenção de veículos	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 16.000,00
Materiais de consumo /EPI	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 160.000,00
Medicamentos	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 100.000,00
Higienização e limpeza	R\$ 42.000,00	R\$ 42.000,00	R\$ 84.000,00
Aluguel	R\$ 5.025,00	R\$ 5.025,00	R\$ 10.050,00
TOTAL	R\$ 606.853,60	R\$ 606.853,60	R\$ 1.213.707,20







**FUNDADA EM 1935** 

Declarada de Utilidade Pública pelos Decretos: Federal nº 59.502/66 – Estadual nº 9.745 e

Municipal nº 422

Isento do Imposto de Renda - Ato Declaratório - Isenção nº 81000/13/71 Organização Social de Saúde - Portaria nº 54/2016 de 27/10/2016

# CONCLUSÃO

Ante aos elementos fáticos expostos, segue planilha financeira com o resumo a ser aditado, contemplando o valor de R\$606.853,60 (seiscentos e seis mil, oitocentos e cinquenta e três reais e sessenta centavos ) mensais , enquanto durar a pandemia, requerendo digne-se Vossa Senhoria aprovação da presente proposta financeira, para fins de enfrentamento a pandemia do COVID-19, tendo a finalidade de prestar atendimento humanizado, de forma digna e sem causar desassistência na Unidade de Saúde gerenciada.

Termos em que,

Pede deferimento.

No ensejo, apresentamos os nossos protestos de elevada estima e distinta consideração, nos colocamos a sua inteira disposição para todos os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Birigui/SP, 9 de novembro de 2020.

Miguel Ribeiro CPF:009.356.858-47

Diretor Administrativo

Valter Pancioni

CPF: 023.530.498 00

Diretor Financeiro

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BIRIGUI CNPJ Nº 45.383.106/0010-40





CÓPIA

Maria Helena da Carria

Maria Helena de A. Valim Santos Diretora do Departamento de Urgencia e mergencía

Plano de Trabalho

COVID 19

Araçatuba 2020



# FUNDADA EM 1935

Declarada de Utilidade Pública pelos Decretos: Federal nº 59.502/66-Estadual nº 9.745 e Municipal nº 422
Isento do Imposto de Renda - Ato Declaratório - Isenção nº 81000/13/71
Registrada no Conselho Nacional de Serviço Social nº 6.393/66
Organização Social de Saúde - Portaria nº 54/2016 de 27/10/2016

# Sumário

1.	INTRODUÇÃO	3
2.	OBJETIVO	3
3.	CONTEXTO ATUAL DA DOENÇA	4
4.	SITUAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA	5
	4.1. GRÁFICO DE ATENDIMENTO DE SINTOMÁTICOS RESPIRATÓRIOS	6
5.	O SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGENCIA	6
	5.1. GRÁFICO DE ATENDIMENTO DE SINTOMÁTICOS RESPIRATÓRIOS	7
6.	SAÚDE DO TRABALHADOR – LINHA DE FRENTE – COVID - 19	8
	6.1 GRÁFICO DE ATENDIMENTO À PROFISSIONAIS - SINTOMÁTICOS RESPIRATÓRIOS	9
7.	PERMANENCIA DA EQUIPE COVID 19 – SETOR DE SINTOMATOLOGIA RESPIRATÓRIA	9
8.	CONTRATAÇÕES REGIME CLT – EMERGENCIAL	12
	8.1. Planilha de profissionais provisionada	12
9.	CONTRATAÇÕES PESSOA JURÍDICA	13
	9.1. Contratação com a quantidade de profissional médico	13
10	READEQUAÇÃO DO SETOR DE SINTOMATICOS RESPIRATÓRIOS	13
11	L. DAS FUNÇÕES A SEREM EXERCIDAS PELOS PROFISSIONAIS	14
	11.1. ENFERMEIROS – CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	14
	11.2 MÉDICOS	14
	11.3. Cabe ao Enfermeiro dos Setores Sintomáticos Respiratórios:	15
	11.4. TECNICO EM ENFERMAGEM	16
	11.5. FARMACÊUTICO	16
	11.6. AUXILIARES DE FARMÁCIA	16



# FUNDADA EM 1935

Declarada de Utilidade Pública pelos Decretos: Federal nº 59.502/66 – Estadual nº 9.745 e Municipal nº 422 Isento do Imposto de Renda – Ato Declaratório – Isenção nº 81000/13/71 Registrada no Conselho Nacional de Serviço Social nº 6.393/66 Organização Social de Saúde – Portaria nº 54/2016 de 27/10/2016

11	.7. SERVIÇO DE PORTARIA	17
11	.8. RECEPCIONISTAS	17
11	.9. MOTORISTAS	17
11	.10. APOIO	17
12.	DA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL	18
13.	INSUMOS E MEDICAMENTOS	23
14.	PLANILHA FINANCEIRA DE RECURSOS HUMANOS	23
15.	PROVISIONAMENTO RECURSOS HUMANOS	25
16.	DESPESAS POR RUBRICA E PROVISIONAMENTO	26



FUNDADA EM 1935

Declarada de Utilidade Pública pelos Decretos: Federal nº 59.502/66 – Estadual nº 9.745 e Municipal nº 422
Isento do Imposto de Renda – Ato Declaratório – Isenção nº 81000/13/71
Registrada no Conselho Nacional de Serviço Social nº 6.393/66
Organização Social de Saúde – Portaria nº 54/2016 de 27/10/2016

# PLANO DE TRABALHO - ENFRENTAMENTO COVID - 19

# 1. INTRODUÇÃO

Dando continuidade ao Plano de Trabalho, cuja permanência das atividades, desenvolvem-se na perspectiva do combate ao - COVID 19 - no cenário atual, demonstrando que as ações permanentes, idealizadas pela Organização Social de Saúde da Santa Casa de Misericórdia de Birigui, em parceria com a Prefeitura Municipal de Araçatuba no enfrentamento ao SARS-CoV2, continuam intensificadas, permanecendo juntamente a Secretaria Municipal de Saúde, perfazendo seus Planos de Ações, no desenvolvimento de condutas direcionadas, onde pretende-se flexibilizar contextualmente em caráter emergencial, a continuidade das intervenções, em perdurar a minimização de riscos, agilizando estratégias operacionais que diversifiquem o cuidado. Nesta segunda etapa, é notória a permanência dos casos suspeitos e confirmados no município de Aracatuba, mesmo após implantação de vários cenários que auxiliaram substancialmente nas orientações, intervenções e resolutividade de ações, contemplando os serviços no combate a evolução da pandemia de SARS-CoV2, especificamente no Pronto Socorro Municipal "Aida Vanzo Dolce" e Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU. Importante ressaltar, sobre os cuidados direcionados aos profissionais, contemporaneamente, no desenvolver de suas ações, a permanecia nas modificações do fluxo de atendimento, compras de equipamentos de proteção individual, medicações e insumos e demais atividades in loco, visando o atendimento emergencial aos casos de maior complexidade e a junção dos serviços, no atendimento comum aos usuários, permanecendo no trabalho constante nos três eixos / etapas, descritos no primeiro Plano de Trabalho, desenvolvido anteriormente, dando continuidade as ações e cuidados.

# 2. OBJETIVO

Persistir nas ações com resolutividade, sendo restauradas as mudanças de fluxo de atendimento, com a divulgação das modificações no status da doença e indicar a Organização Social – ISCB e Secretaria Municipal de Saúde, fundamentações técnicas a serem realizadas com novos setores modificados, compras de equipamentos de proteção individual, insumos e as adequações funcionais das contratações realizadas.



FUNDADA EM 1935

Á proporção que a pandemia da COVID-19 expande, as informações em relação ao vírus

Declarada de Utilidade Pública pelos Decretos: Federal nº 59.502/66 – Estadual nº 9.745 e Municipal nº 422
Isento do Imposto de Renda – Ato Declaratório – Isenção nº 81000/13/71
Registrada no Conselho Nacional de Serviço Social nº 6.393/66
Organização Social de Saúde – Portaria nº 54/2016 de 27/10/2016

# 3. CONTEXTO ATUAL DA DOENÇA

avançam respectivamente, disponibilizando novas publicações científicas. A transmissão do SARS-CoV-2, até o momento, fornece uma visão geral sobre a transmissão de pessoas présintomáticas, sintomáticas e assintomáticas, infectadas com esse vírus. A COVID-19 é a doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, que apresenta um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a maioria dos pacientes com COVID-19 (cerca de 75%-80%) são de casos leves e cerca de 15% a 20% dos casos podem requerer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória e desses casos, aproximadamente 5% podem necessitar de suporte para o tratamento de insuficiência respiratória (suporte ventilatório). Muitos dos casos atendidos pelo nosso serviço de saúde, tiveram prognóstico resolutivo, encaminhados para referencias ou até mesmo para suas residências com as devidas orientações e prescrições médicas necessárias, os monitoramentos realizados pela Vigilância Epidemiológica, auxiliaram substancialmente na investigação de todos os casos notificados. Em Nota Técnica GVIMS/GGTES/ANVISA Nº 07/2020 - ORIENTAÇÕES PARA PREVENÇÃO E VIGILÂNCIA - EPIDEMIOLÓGICA DAS INFECÇÕES POR SARS-CoV-2 - (COVID-19) DENTRO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE - de Setembro de 2.020, objetiva enfatizar ações imprescindíveis para a prevenção e o controle de surtos de COVID-19, adentro dos serviços de saúde municipais, destacando medidas específicas necessárias para beneficiar a segurança e a saúde dos pacientes, dos visitantes/acompanhantes e dos profissionais do serviço de saúde. A Anvisa, em colaboração com a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, e com diversas sociedades e associações profissionais do país, atualiza essas orientações à medida que mais informações estiverem disponíveis, já que se trata de uma infecção causada por um microrganismo novo no mundo e que novos estudos estão sendo publicados periodicamente. Além disso, importante destacar, que estas são orientações mínimas que devem ser seguidas por todos os serviços de saúde, no entanto, os profissionais e os serviços de saúde brasileiros, podem determinar ações de prevenção e controle mais rigorosos que os definidos por este documento, baseando-se em uma avaliação caso a caso e de acordo com os recursos disponíveis. Ademais, é importante que os gestores e os trabalhadores dos serviços de saúde se atentem para as recomendações de proteção laboral publicadas pela



FUNDADA EM 1935

Declarada de Utilidade Pública pelos Decretos: Federal nº 59.502/66 – Estadual nº 9.745 e Municipal nº 422
Isento do Imposto de Renda – Ato Declaratório – Isenção nº 81000/13/71
Registrada no Conselho Nacional de Serviço Social nº 6.393/66
Organização Social de Saúde – Portaria nº 54/2016 de 27/10/2016

Coordenação-Geral de Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde\* e os Protocolos Operacionais vigentes em sua instituição de trabalho.

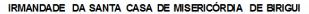
# 4. SITUAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA

Segundo as informações apresentadas pela Vigilância Epidemiológica de Araçatuba – São Paulo, atualizada em 27 de outubro de 2.020, o município apresentou até o final do mês supracitado o registro de:

- Suspeitos aguardando resultados = 792;
- Negativos = 14.329;
- Positivos = 7.150;
- Internações = 27;
- Tratamento Domiciliar = 1.437;
- Altas Hospitalares (desde 01/04/2020) = 340;
- Óbitos Suspeitos = 2;
- Óbitos Confirmados = 167;
- Recuperados = 6.359.

Embasados na análise de dados, referentes aos pacientes em atendimento por Sintomatologia Respiratória no Pronto Socorro Municipal, que corresponde a Tenda de Sintomáticos Respiratórios e setor adjacente interno, contabilizando os atendimentos realizados de julho à outubro, obtivemos um total de 10.198 pacientes, sendo notório o aumento dos casos, se equiparados aos meses anteriores, em julho o quantitativo de atendimentos atingiu: 3.443 – 34%, no mês de agosto 2.425 – 24%, no mês de setembro a quantidade de atendimentos diminui para 2.075 – 20 %, porém em outubro atingimos o quantitativo de 2.255 – 22% atendimentos, limitação não significativa, analisando os períodos de transição entre as fases laranja e amarela, que foram impactantes no município.

O gráfico a seguir, referente a quantidade de atendimentos aos sintomáticos respiratórios, demonstra de forma sistemática a continuidade da quantidade de casos em julho, e o declínio nos meses de agosto e setembro com as mudanças das fases amarela e laranja.

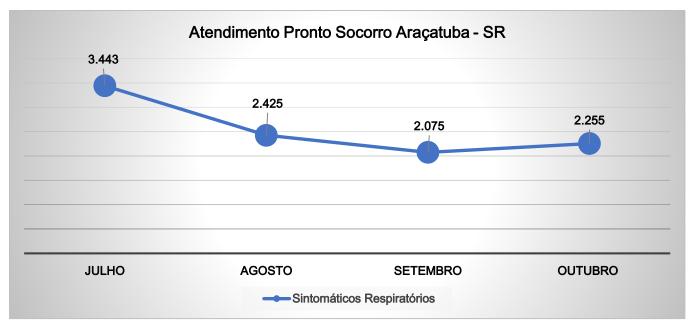




FUNDADA EM 1935

Declarada de Utilidade Pública pelos Decretos: Federal nº 59.502/66 – Estadual nº 9.745 e Municipal nº 422
Isento do Imposto de Renda – Ato Declaratório – Isenção nº 81000/13/71
Registrada no Conselho Nacional de Serviço Social nº 6.393/66
Organização Social de Saúde – Portaria nº 54/2016 de 27/10/2016

# 4.1. GRÁFICO DE ATENDIMENTO DE SINTOMÁTICOS RESPIRATÓRIOS



FONTE: Assessor Público

# 5. O SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGENCIA

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, destina-se ao atendimento de urgências e emergências nas residências, locais de trabalho e vias públicas, onde o socorro é realizado após chamada gratuita para o telefone 192. A ligação é atendida pelos TARMs, na central de regulação, que imediatamente transferem o telefonema para o Médico Regulador. Esse profissional faz o diagnóstico da situação e inicia o atendimento no mesmo instante, orientando o paciente ou a pessoa que fez a chamada sobre as primeiras ações. Com o expressivo aumento dos atendimentos aos sintomáticos respiratórios, iniciou-se a padronização de ambulância própria para transferências de casos suspeitos e confirmados de SARs - CoV - 2, na perspectiva de minimizar possíveis meios de contaminação, de usuários para usuários e usuários x profissionais. A escala padronizada, intercala para o serviço, ambulância básica, tendo como tripulação Condutor habilitado no transporte de pacientes e veículos de urgência e Técnico em Enfermagem para os cuidados básicos e intermediários, no transporte PSM para unidade de Referência e após alta com encaminhamento a residência, cumprindo de forma organizada, o atendimento ao paciente em suas necessidades



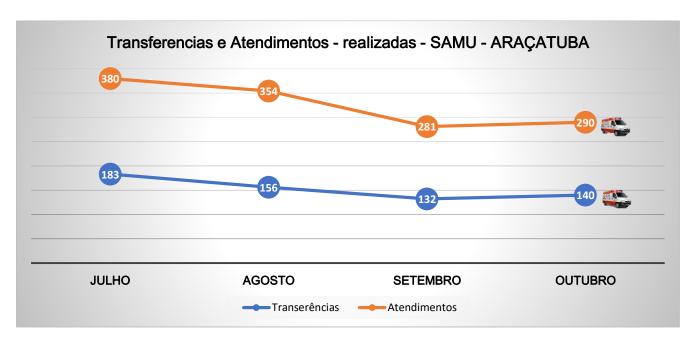
FUNDADA EM 1935

Declarada de Utilidade Pública pelos Decretos: Federal nº 59.502/66 – Estadual nº 9.745 e Municipal nº 422
Isento do Imposto de Renda – Ato Declaratório – Isenção nº 81000/13/71
Registrada no Conselho Nacional de Serviço Social nº 6.393/66
Organização Social de Saúde – Portaria nº 54/2016 de 27/10/2016

essenciais. O gráfico a seguir, demonstra o aumento das transferências realizadas aos pacientes suspeitos e confirmados de COVID – 19, demonstrando que: no mês de julho foram realizadas 183 - 30% - transferências, em agosto realizadas 156 - 25%, setembro um total de 132 - 22% - transferências e em outubro 140 - 23%, o que demonstra a aumento gradual nos atendimentos.

Considerando os atendimentos realizados aos pacientes através do 192, referenciamos o declínio gradual citando: o mês de julho com 380 - 29% dos atendimentos, agosto - 354 - 27%, em setembro - 281 - 22% atendimentos e outubro finalizamos com um total de 290 - 22% atendimentos. Os serviços de urgência e emergência, são considerados construtores de uma área de atenção à saúde diferenciada, por lidarem com situações inesperadas, como neste momento pandêmico, sem rotina, na qual o atendimento deve ser realizado com agilidade e eficiência, devido à linha tênue entre a vida e a morte da vítima com sintomatologia respiratória. O SAMU, neste contexto, possui uma dinâmica particular de atendimento, que se revela em minudências do cotidiano de trabalho, principalmente por ser um elo móvel da rede de serviços de saúde, que presta atendimento direto ao usuário, quando solicitado por ele, indiretamente ou quando solicitado por outros serviços de saúde.

# 5.1. GRÁFICO DE ATENDIMENTO DE SINTOMÁTICOS RESPIRATÓRIOS



**FONTE: SYS4WEB** 



FUNDADA EM 1935

Declarada de Utilidade Pública pelos Decretos: Federal nº 59.502/66 – Estadual nº 9.745 e Municipal nº 422
Isento do Imposto de Renda – Ato Declaratório – Isenção nº 81000/13/71
Registrada no Conselho Nacional de Serviço Social nº 6.393/66
Organização Social de Saúde – Portaria nº 54/2016 de 27/10/2016

# 6. SAÚDE DO TRABALHADOR – LINHA DE FRENTE – COVID - 19

Seguindo as premissas da Nota Técnica GVIMS / GGTES / ANVISA Nº 07/2020 - Orientações para a prevenção da transmissão de COVID-19, dentro dos Serviços de Saúde, procuramos permanecer com as políticas de atenção a Saúde do Trabalhador, através das capacitações designadas pelo Técnico em Segurança do Trabalho, juntamente a equipe médica e de enfermagem.

Porém, importante demonstrar a quantidade de profissionais que apresentaram atestados por sintomatologia respiratória ou apresentaram queixas de sintomas que se enquadram no perfil dos pacientes suspeitos de COVID - 19.

As estratégias de ações de vigilância, têm por objetivo identificar os profissionais sintomáticos ou positivos de COVID-19, para adequação de medidas de prevenção adequadas e necessárias, evitando assim a transmissão do vírus para pacientes/acompanhantes/visitantes e outros profissionais da instituição. O serviço de saúde deve definir as estratégias para tratamento, monitoramento e retorno ao trabalho de profissionais com suspeita ou confirmação de COVID-19, de acordo com as orientações do Ministério da Saúde. Várias estratégias podem ser aplicadas de forma individual ou conjunta, para a identificação precoce dos profissionais do serviço de saúde sintomáticos ou positivos COVID-19. O gráfico a seguir, demonstra a linha decrescente de casos notificados, que apresentaram atestados por período determinado, porém comprometendo o serviço de forma substancial, necessitando de intervenção imediata da Secretaria Municipal de Saúde, considerando a dificuldade de estabilização dos fluxos de atendimento, complementando o quadro de profissionais com horas extras, porém limitado pela falta de profissionais atuantes, tementes a pandemia, no período que corresponde os meses de Julho a Outubro, obtivemos um total de 126 afastamentos entre celetistas e estatutários, suspeito de SARs - CoV - 2, sendo notificados e atestados juntamente aos seus contactantes, nosso nível de atendimento mesmo com a apresentação de atestados, sendo remanejados profissionais para suprir os setores, não impactando no atendimento ao usuário.

As contratações realizadas, supriram as necessidades do serviço e sua permanência durante a Pandemia é fundamental na eficiência das ações a serem desenvolvidas, as capacitações, treinamentos e inclusão dos profissionais na rotina do Pronto Socorro e SAMU, demonstraram

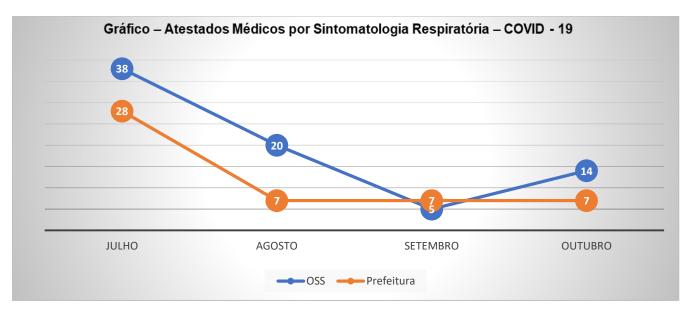


**FUNDADA EM 1935** 

Declarada de Utilidade Pública pelos Decretos: Federal nº 59.502/66 – Estadual nº 9.745 e Municipal nº 422
Isento do Imposto de Renda – Ato Declaratório – Isenção nº 81000/13/71
Registrada no Conselho Nacional de Serviço Social nº 6.393/66
Organização Social de Saúde – Portaria nº 54/2016 de 27/10/2016

a capacidade técnica de muitos dos contratados, por trocarem experiências de unidades as quais representam ou representaram.

# 6.1 GRÁFICO DE ATENDIMENTO À PROFISSIONAIS - SINTOMÁTICOS RESPIRATÓRIOS



FONTE: Departamento de Pessoal – ISCB – Araçatuba e RH Prefeitura Municipal

# 7. PERMANENCIA DA EQUIPE COVID 19 – SETOR DE SINTOMATOLOGIA RESPIRATÓRIA

A atuação de enfrentamento ao COVID - 19, propícia, principalmente na segurança dos profissionais e em condições laborais adequadas e treinamentos e capacitações, na perspectiva de exterminar por completo ou minimizar meios de contaminação individual ou em massa. Para isso, faz-se necessário, o engajamento de toda coordenação e equipe interdisciplinar e padronização de métodos de trabalho que contemplem orientações técnicas, entrega de equipamentos de proteção individual de qualidade, sendo nacional ou importado, que antes de ser comercializado deve adquirir o respectivo C.A. (Certificado de Aprovação), que nada mais é, que a garantia dada pelo Ministério do Trabalho, para que o EPI seja considerado de qualidade, e apto para uso, além de realizar a revisão das paramentações de forma a estudar sistematicamente meios de controle a esta Pandemia, através somente de métodos corretos de trabalho, considerando que não temos vacinas e medicações para prevenção e tratamento da SARs – CoV – 2, até o presente momento.



**FUNDADA EM 1935** 

Declarada de Utilidade Pública pelos Decretos: Federal nº 59.502/66 – Estadual nº 9.745 e Municipal nº 422
Isento do Imposto de Renda – Ato Declaratório – Isenção nº 81000/13/71
Registrada no Conselho Nacional de Serviço Social nº 6.393/66
Organização Social de Saúde – Portaria nº 54/2016 de 27/10/2016

Perante a estes dados, que norteiam as diretrizes dos profissionais e estabelecimentos de saúde, cabe ressaltar a necessidade da permanência da execução deste Plano de Trabalho, acoplado de ações, que definirão as novas segmentações e modificações prioritárias nos fluxos e protocolos de atendimento. A aquisição de pessoal nas áreas de: Enfermagem, Medicina, Portaria, Apoio, Recepção e Motoristas, potencializarão a expansão do Setor de Sintomáticos Respiratórios, após visualização do aumento dos casos de pacientes suspeitos e notificados a procura do serviço.

A equipe contratada com a verba destinada ao Enfrentamento do COVID - 19, permanece no objetivo, desempenhando as ações de atenção à saúde, responsáveis pela assistência e cumprimento dos protocolos organizados pela Coordenação Técnica do Pronto Socorro Municipal e Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, desempenhando papel importante no tratamento das comorbidades ocasionadas pelo vírus.

Por sua vez a Coordenação Técnica, permanece elaborando estratégias, para o provimento de adequada assistência médico hospitalar, para aqueles casos, em que se requer encaminhamento para internação hospitalar no serviço de referência e realizar a gestão dos leitos internos para casos que requerem observação criteriosa, aguardando melhora nos parâmetros, para tomada de decisões. Para melhor acompanhamento deste processo, será responsabilidade da Supervisão o monitoramento de de maneira centralizada, disponibilizando as informações ao Coordenador Técnico, que estabelecerá fluxo de informações ao Diretor Técnico. O Diretor Técnico, juntamente ao Coordenador, procederá à revisão deste Plano de Trabalho, de acordo com a evolução da COVID-19 no município, no que acarretará aumento na procura do serviço e demais ações descentralizadas. O processo de replanejamento, fora pontuado sob o olhar da Supervisão e da Coordenação Técnica, que repassada ao Diretor Técnico, e assim, realizado pelo mesmo, novo planejamento, encaminhado a Diretoria da Organização da Santa Casa de Misericórdia de Birigui e mediante apreciação, encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde para aprovação deste plano até Dezembro de 2.020, ou enquanto a Pandemia permanecer sem o controle epidemiológico previsto.

O Dimensionamento de Pessoal, estratégia utilizada para definir a quantidade de horas por profissionais a serem aplicadas ao cuidado, permanece situando os profissionais sobre os



FUNDADA EM 1935

Declarada de Utilidade Pública pelos Decretos: Federal nº 59.502/66 – Estadual nº 9.745 e Municipal nº 422
Isento do Imposto de Renda – Ato Declaratório – Isenção nº 81000/13/71
Registrada no Conselho Nacional de Serviço Social nº 6.393/66
Organização Social de Saúde – Portaria nº 54/2016 de 27/10/2016

cuidados mínimos, intermediários e graves, descritos na Resolução COFEN 543/2017 que

**RESOLVE:** 

**Art. 1º** Estabelecer, na forma desta Resolução e de seus anexos I e II (que poderão ser consultados no endereço eletrônico: <a href="www.cofen.gov.br">www.cofen.gov.br</a>), os parâmetros mínimos para dimensionar o quantitativo de profissionais das diferentes categorias de enfermagem para os

serviços/locais em que são realizadas atividades de enfermagem.

Parágrafo único – Os referidos parâmetros representam normas técnicas mínimas, constituindo-se em referências para orientar os gestores, gerentes e enfermeiros dos serviços de saúde, no planejamento do quantitativo de profissionais necessários para execução das

ações de enfermagem.

Art. 2º O dimensionamento do quadro de profissionais de enfermagem deve basear-se em

características relativas:

I – ao serviço de saúde: missão, visão, porte, política de pessoal, recursos materiais e financeiros; estrutura organizacional e física; tipos de serviços e/ou programas; tecnologia e complexidade dos serviços e/ou programas; atribuições e competências, específicas e colaborativas, dos integrantes dos diferentes serviços e programas e requisitos mínimos

estabelecidos pelo Ministério da Saúde;

II – ao serviço de enfermagem: aspectos técnico-científicos e administrativos: dinâmica de funcionamento das unidades nos diferentes turnos; modelo gerencial; modelo assistencial; métodos de trabalho; jornada de trabalho; carga horária semanal; padrões de desempenho dos profissionais; índice de segurança técnica (IST); proporção de profissionais de enfermagem de nível superior e de nível médio e indicadores de qualidade gerencial e

assistencial;

III – ao paciente: grau de dependência em relação a equipe de enfermagem (sistema de

classificação de pacientes – SCP) e realidade sociocultural.

Frente as especificações técnicas do conselho e criação de sítios funcionais, importante ressaltar a necessidade da aquisição de profissionais para direcionamento no atendimento e correta base teórica científica para atendimentos dos casos de **SARS-CoV-2**, nos setores referenciados, na expectativa de intervenções de qualidade e operacionalidade do serviço, assim visualizando o cenário epidemiológico local, em primeiro plano, foram solicitados

11



FUNDADA EM 1935

Declarada de Utilidade Pública pelos Decretos: Federal nº 59.502/66 – Estadual nº 9.745 e Municipal nº 422
Isento do Imposto de Renda – Ato Declaratório – Isenção nº 81000/13/71
Registrada no Conselho Nacional de Serviço Social nº 6.393/66
Organização Social de Saúde – Portaria nº 54/2016 de 27/10/2016

emergencialmente a seguindo a quantidade de profissionais descritas em planilha orçamentaria.

# 8. CONTRATAÇÕES REGIME CLT – EMERGENCIAL

Tendo a finalidade de atendimento resolutivo e qualificado aos pacientes acometidos por quadros suspeitos e confirmados de COVID-19, considerando a Pandemia, o aumento dos sítios funcionais, afastamentos por atestado com tempo determinado, que acometem tanto usuários quanto profissionais, e dados estatísticos que descrevem sistematicamente a evolução da doença, seus declínios e aumentos, a exemplo de demais países que antecederam e demonstraram a necessidade de intervenções as ações estratégicas, analisouse a necessidade da permanência das contratações emergenciais em caráter provisório de profissionais, na perspectiva da permanência do atendimento humanizado, logístico e ininterrupto do serviço.

# 8.1. Planilha de profissionais provisionada

Profissionais	Plantão	Quantidade
	Diurno	08
Enfermeiros Assistenciais	Noturnos	08
	Folguistas	02
	Diurno	19
Técnicos em Enfermagem	Noturnos	19
	Folguistas	06
Auxiliares de Carvises	Diurno	04
Auxiliares de Serviços Gerais	Noturnos	04
Gerais	Folguistas	01
	Diurno	04
Porteiros (as)	Noturnos	04
	Folguistas	01
	Diurno	02
Recepcionistas	Noturnos	02
	Folguistas	01
Motoristas	Diurno	02
เขเบเบารเสร	Noturnos	02



**FUNDADA EM 1935** 

Declarada de Utilidade Pública pelos Decretos: Federal nº 59.502/66 – Estadual nº 9.745 e Municipal nº 422
Isento do Imposto de Renda – Ato Declaratório – Isenção nº 81000/13/71
Registrada no Conselho Nacional de Serviço Social nº 6.393/66
Organização Social de Saúde – Portaria nº 54/2016 de 27/10/2016

	Folguistas	01
	Diurno	04
Auxiliares de Farmácia	Noturnos	04
	Folguistas	01
	Diurno	02
Farmacêuticos	Noturnos	02
	Folguistas	01
Auxiliar de Manutenção	Diurno	01

# 9. CONTRATAÇÕES PESSOA JURÍDICA

# 9.1. Contratação com a quantidade de profissional médico.

Profissionais	Plantão	Quantidade
Médicos	Diurno – 7h às 19h (12h)	01
Medicos	Noturno – 19h à 1h (6h)	01

# 10. READEQUAÇÃO DO SETOR DE SINTOMATICOS RESPIRATÓRIOS

10.1. Perante a visibilidade da permanência da procura pelo atendimento de sintomáticos respiratórios no Pronto Socorro e Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, serviços emergenciais que municipalmente são conhecidos como porta de entrada para o hospital referência, é dinâmica e resolutiva a atuação da Organização Social, no que se diz respeito a melhoria do atendimento, do fluxo e estabilização da população assistida. Nesta análise, a Coordenação Técnica em parceria com o Departamento de Urgência e Emergência – DUE, representantes fiscalizatórios do serviço emergencial do município, em consenso, readequaram o fluxo da unidade para atendimento dos Sintomáticos Respiratórios no enfrentamento COVID – 19. Discussão está, formalizada através de reunião na Secretaria Municipal de Saúde, uma vez que todos estão cientes do aumento da procura por pacientes clínicos, que proporcionaram pela adequação a diminuição significativa de leitos para estes pacientes, potencializando uma possível desestruturação do serviço, contando com os dados estatísticos disponibilizados pelo



FUNDADA EM 1935

Declarada de Utilidade Pública pelos Decretos: Federal nº 59.502/66 – Estadual nº 9.745 e Municipal nº 422
Isento do Imposto de Renda – Ato Declaratório – Isenção nº 81000/13/71
Registrada no Conselho Nacional de Serviço Social nº 6.393/66
Organização Social de Saúde – Portaria nº 54/2016 de 27/10/2016

sistema Assessor Público, assim realizamos as mudanças necessárias, para retorno e atendimento humanizado aos usuários do serviço.

# 11. DAS FUNÇÕES A SEREM EXERCIDAS PELOS PROFISSIONAIS

# 11.1. ENFERMEIROS – CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

- O Profissional de enfermagem (paramentado com máscara PFF2 ou N95, avental impermeável, luvas e protetor facial), mantendo distância mínima de 1 metro e meio do paciente em atendimento, realiza avaliação sobre cabimento de hipótese da Covid-19;
- **Casos suspeitos**, o paciente, com máscara cirúrgica, orientado pelo serviço de Portaria a higienização das mãos com álcool gel, será encaminhado para avaliação com médico Clínico responsável pelo setor (aparamentado com máscara N95 / PFF2, avental impermeável, luva, óculos ou protetor facial e gorro), em consultório destinado para este fim.
- Confirmada a hipótese da Covid-19 Médico Clínico responsável, considerando a doença de base do paciente, deve avaliar a necessidade de internação ou isolamento domiciliar de pacientes e contactantes;
- Caso Isolamento domiciliar paciente deve ser encaminhado para unidade de saúde referendada Unidade Básica de Saúde COVID 19, para coleta de swab de nasofaringe para o diagnóstico da Covid-19 ou teste rápido;
- Caso de internação o médico deve inserir o paciente na central de regulação e aguardar a disponibilização do leito, realizando as solicitações de exames necessários, procedimentos e complementos solicitados pelo sistema de regulação de vagas.
- **OBS.:** As áreas de espera das tendas e demais setores devem ser padronizadas de tal forma que os pacientes mantenham distância mínima de 1 metro entre eles.

# 11.2 MÉDICOS

- Realizar atendimento humanizado:
- orientar de forma clara e objetiva sobre sinais e sintomas e evolução da doença;



FUNDADA EM 1935

Declarada de Utilidade Pública pelos Decretos: Federal nº 59.502/66 – Estadual nº 9.745 e Municipal nº 422
Isento do Imposto de Renda – Ato Declaratório – Isenção nº 81000/13/71
Registrada no Conselho Nacional de Serviço Social nº 6.393/66
Organização Social de Saúde – Portaria nº 54/2016 de 27/10/2016

- prescrever medicações conforme sua conduta, explicando sua ação e efeitos esperados;
- solicitar exames, conforme protocolo clínico da unidade;
- orientar pacientes quanto a necessidade do isolamento domiciliar e da importância do mesmo;
- entregar em mãos atestados e solicitar assinatura nos termos de notificação para acompanhamento do monitoramento;
- explicar ao paciente que o não cumprimento das orientações pode levar em conhecimento de ministério público, uma vez que coloca em risco a população contactante;
- aplicar noções de conhecimento aos procedimentos de intubação e PCR;
- realizar preenchimento de documentações referentes a transferências e óbitos.

# 11.3. Cabe ao Enfermeiro dos Setores Sintomáticos Respiratórios:

- Elaborar cronograma de higienização das áreas de ambulatórios, aumentando a frequência;
- Organizar KITS juntamente a Supervisão com os EPIs necessários para o atendimento ao paciente suspeito da COVID -19;
- Mapear pacientes com potenciais chances de serem encaminhados aos leitos com ventilação mecânica, informando para o Médico do setor;
- Elaborar e divulgar amplamente o fluxo de atendimento aos pacientes;
- Controle rigoroso da distribuição centralizada de EPI para atender plenamente ao protocolo e evitar uso irracional:
- Encaminhar usuários classificados como azul e verde para atendimento ambulatorial nas poltronas, reduzindo aglomeração e tempo de espera;
- Intensificar capacitação das equipes para o atendimento aos pacientes internados com Covid-19;
- Suspender totalmente as visitas aos pacientes com Covid-19;



FUNDADA EM 1935

Declarada de Utilidade Pública pelos Decretos: Federal nº 59.502/66 – Estadual nº 9.745 e Municipal nº 422
Isento do Imposto de Renda – Ato Declaratório – Isenção nº 81000/13/71
Registrada no Conselho Nacional de Serviço Social nº 6.393/66
Organização Social de Saúde – Portaria nº 54/2016 de 27/10/2016

realizar capacitação frequente sobre divisão e procedimentos de responsabilidade na PCR
 e Intubação para ventilação mecânica;

# 11.4. TECNICO EM ENFERMAGEM

- Aferição de SSVV;
- anotações de parâmetros regularmente;
- cuidados essenciais ao paciente;
- administração de medicamentos;
- orientações ao paciente: antes, durante e após atendimento;
- relatorios sistematizados de todos os pacientes do setor, cronologicamente descrevendo a internação, sinais e sintomas, como adentrou ao setor, como está respondendo as medicações e tratamento, funções fisiológicas e alta médica, descrevendo os parâmetros que apresenta ao deixar o setor;
- realizar passagem de plantão ao pé do leito.

# 11.5. FARMACÊUTICO

- Responsável pela orientação e esclarecimentos de efeitos colaterais e interações medicamentosas;
- aquisição, controle e distribuição de medicamentos e material médico-hospitalar;
- conferência dos carrinhos de emergência;
- contagem e dispensação de medicamentos e orientações de saída nos programas referenciados.

# 11.6. AUXILIARES DE FARMÁCIA

- Dispensação de medicamentos;
- entrega e explicação sobre a forma de uso;
- esclarecimento de dúvidas e anotações pertinentes.



FUNDADA EM 1935

Declarada de Utilidade Pública pelos Decretos: Federal nº 59.502/66 – Estadual nº 9.745 e Municipal nº 422 Isento do Imposto de Renda – Ato Declaratório – Isenção nº 81000/13/71 Registrada no Conselho Nacional de Serviço Social nº 6.393/66 Organização Social de Saúde – Portaria nº 54/2016 de 27/10/2016

# 11.7. SERVIÇO DE PORTARIA

- Oferecer informações sobre locais de atendimento;
- encaminhar o usuário até unidades de atendimento;
- auxiliar pacientes em cadeira de rodas a serem encaminhados ao Setor de SR;
- orientar sobre a não permanecia nos setores de tratamento COVID 19, pelo alto índice de transmissibilidade:
- evitar aglomerações em setores de atendimento e espera.

# 11.8. RECEPCIONISTAS

- Realizar de forma humanizada o atendimento do usuário a procura do serviço;
- atualizar dados no sistema afim de agilizar o atendimento e notificações a serem realizadas pela equipe de enfermagem;
- Protagonizar ações de orientações aos pacientes, afim de minimizar dúvidas em questão do tempo de espera para atendimento.

# 11.9. MOTORISTAS

- Realizar transferência dos pacientes SR, para a referência;
- altas médicas dos pacientes no que requer os parâmetros de cuidados aos quais se encaixem na demanda do serviço;
- auxiliar a equipe de enfermagem nos procedimentos de maior complexidade que necessitem de auxílio;
- conhecer o município e suas particularidades, para agilizar o atendimento quando acionado pelo rádio operador;
- Realizar higienização e desinfecção das ambulâncias sob sua responsabilidade.

# 11.10. APOIO



FUNDADA EM 1935

Declarada de Utilidade Pública pelos Decretos: Federal nº 59.502/66 – Estadual nº 9.745 e Municipal nº 422
Isento do Imposto de Renda – Ato Declaratório – Isenção nº 81000/13/71
Registrada no Conselho Nacional de Serviço Social nº 6.393/66
Organização Social de Saúde – Portaria nº 54/2016 de 27/10/2016

- Realizar manutenção dos setores:
- limpezas concorrentes e terminais;
- higienização dos leitos;
- limpeza das cadeiras na tenda;
- reabastecimento de suportes de álcool gel, sabonete e papel toalha;
- limpar constantemente mesas, bancadas, armários e cadeiras dos profissionais que prestam o atendimento;
- utilizar EPIs de forma correta.

# 12. DA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

Como citado em todo o enredo do presente Plano, ressalto a importância dos Equipamentos de Proteção Individual, para proteção dos profissionais – conforme NR – 6, que sistematicamente define que:

- 12.1. Para os fins de aplicação desta Norma Regulamentadora NR, considera-se Equipamento de Proteção Individual EPI, todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho.
- 12.1.1. Entende-se como Equipamento Conjugado de Proteção Individual, todo aquele composto por vários dispositivos, que o fabricante tenha associado contra um ou mais riscos que possam ocorrer simultaneamente e que sejam suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho.
- 12.2. O equipamento de proteção individual, de fabricação nacional ou importado, só poderá ser posto à venda ou utilizado com a indicação do Certificado de Aprovação CA, expedido pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.
- 12.3. A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, nas seguintes circunstâncias:
- a) sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho ou de doenças profissionais e do trabalho;



FUNDADA EM 1935

Declarada de Utilidade Pública pelos Decretos: Federal nº 59.502/66 – Estadual nº 9.745 e Municipal nº 422 Isento do Imposto de Renda – Ato Declaratório – Isenção nº 8.1000/131/1 Registrada no Conselho Nacional de Serviço Social nº 6.393/66
Organização Social de Saúde – Portaria nº 54/2016 de 27/10/2016

- b) enquanto as medidas de proteção coletiva estiverem sendo implantadas; e,
- c) para atender a SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA.
- 12.4. Atendidas as peculiaridades de cada atividade profissional, e observado o disposto no item 12.3., o empregador deve fornecer aos trabalhadores os EPI adequados, de acordo com o disposto no **ANEXO I desta NR.**
- 12.4.1. As solicitações para que os produtos que não estejam relacionados no ANEXO I, desta NR, sejam considerados como EPI, bem como as propostas para reexame daqueles ora elencados, deverão ser avaliadas por comissão tripartite a ser constituída pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, após ouvida a CTPP, sendo as conclusões submetidas àquele órgão do Ministério do Trabalho e Emprego para aprovação.
- 12.5. Compete ao Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho SESMT, ouvida a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes CIPA e trabalhadores usuários, recomendar ao empregador o EPI adequado ao risco existente em determinada atividade.
- 12.5.1. Nas empresas desobrigadas a constituir SESMT, cabe ao empregador selecionar o EPI adequado ao risco, mediante orientação de profissional tecnicamente habilitado, ouvida a CIPA ou, na falta desta, o designado e trabalhadores usuários.

# 12.6. Responsabilidades do empregador.

- 12.6.1. Cabe ao empregador quanto ao EPI:
- a) adquirir o adequado ao risco de cada atividade;
- b) exigir seu uso;
- c) fornecer ao trabalhador somente o aprovado pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho;
- d) orientar e treinar o trabalhador sobre o uso adequado, guarda e conservação;
- e) substituir imediatamente, quando danificado ou extraviado;
- f) responsabilizar-se pela higienização e manutenção periódica; e,
- g) comunicar ao MTE qualquer irregularidade observada.
- h) registrar o seu fornecimento ao trabalhador, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico.

# 12.7. Responsabilidades do trabalhador.

12.7.1. Cabe ao empregado quanto ao EPI:



FUNDADA EM 1935

Declarada de Utilidade Pública pelos Decretos: Federal nº 59.502/66 – Estadual nº 9.745 e Municipal nº 422
Isento do Imposto de Renda – Ato Declaratório – Isenção nº 81000/13/71
Registrada no Conselho Nacional de Serviço Social nº 6.393/66
Organização Social de Saúde – Portaria nº 54/2016 de 27/10/2016

- a) usar, utilizando-o apenas para a finalidade a que se destina;
- b) responsabilizar-se pela guarda e conservação;
- c) comunicar ao empregador qualquer alteração que o torne impróprio para uso; e,
- d) cumprir as determinações do empregador sobre o uso adequado.

# 12.8. Responsabilidades de fabricantes e/ou importadores.

# 12.8.1. O fabricante nacional ou o importador deverá:

- a) cadastrar-se junto ao órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho;
- b) solicitar a emissão do CA;
- c) solicitar a renovação do CA quando vencido o prazo de validade estipulado pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde do trabalho;
- d) requerer novo CA quando houver alteração das especificações do equipamento aprovado;
- e) responsabilizar-se pela manutenção da qualidade do EPI que deu origem ao Certificado de Aprovação CA;
- f) comercializar ou colocar à venda somente o EPI, portador de CA;
- g) comunicar ao órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho quaisquer alterações dos dados cadastrais fornecidos; h) comercializar o EPI com instruções técnicas no idioma nacional, orientando sua utilização, manutenção, restrição e demais referências ao seu uso:
- i) fazer constar do EPI o número do lote de fabricação; e,
- j) providenciar a avaliação da conformidade do EPI no âmbito do SINMETRO, quando for o caso;
- k) fornecer as informações referentes aos processos de limpeza e higienização de seus EPI, indicando quando for o caso, o número de higienizações acima do qual é necessário proceder à revisão ou à substituição do equipamento, a fim de garantir que os mesmos mantenham as características de proteção original.
- 12.8.1.1. Os procedimentos de cadastramento de fabricante e/ou importador de EPI e de emissão e/ou renovação de CA devem atender os requisitos estabelecidos em Portaria específica.
- 12.9. Certificado de Aprovação CA
- 12.9.1. Para fins de comercialização o CA concedido aos EPI terá validade:



FUNDADA EM 1935

Declarada de Utilidade Pública pelos Decretos: Federal nº 59.502/66 – Estadual nº 9.745 e Municipal nº 422
Isento do Imposto de Renda – Ato Declaratório – Isenção nº 81000/13/71
Registrada no Conselho Nacional de Serviço Social nº 6.393/66
Organização Social de Saúde – Portaria nº 54/2016 de 27/10/2016

- a) de 5 (cinco) anos, para aqueles equipamentos com laudos de ensaio que não tenham sua conformidade avaliada no âmbito do SINMETRO;
- b) do prazo vinculado à avaliação da conformidade no âmbito do SINMETRO, quando for o caso.
- c) de 2 (dois) anos, quando não existirem normas técnicas nacionais ou internacionais, oficialmente reconhecidas, ou laboratório capacitado para realização dos ensaios, sendo que nesses casos os EPI terão sua aprovação pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, mediante apresentação e análise do Termo de Responsabilidade Técnica e da especificação técnica de fabricação, podendo ser renovado por 24 (vinte e quatro) meses, quando se expirarão os prazos concedidos.
- d) de 2 (dois) anos, renováveis por igual período, para os EPI desenvolvidos após a data da publicação desta NR, quando não existirem normas técnicas nacionais ou internacionais, oficialmente reconhecidas, ou laboratório capacitado para realização dos ensaios, caso em que os EPI serão aprovados pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, mediante apresentação e análise do Termo de Responsabilidade Técnica e da especificação técnica de fabricação.
- 12.9.2. O órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, quando necessário e mediante justificativa, poderá estabelecer prazos diversos daqueles dispostos no subitem 6.9.1.;
- 12.9.3. Todo EPI deverá apresentar em caracteres indeléveis e bem visíveis, o nome comercial da empresa fabricante, o lote de fabricação e o número do CA, ou, no caso de EPI importado, o nome do importador, o lote de fabricação e o número do CA.
- 12.9.3.1. Na impossibilidade de cumprir o determinado no item 6.9.3, o órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho poderá autorizar forma alternativa de gravação, a ser proposta pelo fabricante ou importador, devendo esta constar do CA.
- 12.10. Restauração, lavagem e higienização de EPI
- 12.10.1. Os EPI passíveis de restauração, lavagem e higienização, serão definidos pela comissão tripartite constituída, na forma do disposto no item 6.4.1, desta NR, devendo manter as características de proteção original.

# 12.11. Da competência do Ministério do Trabalho e Emprego / MTE



FUNDADA EM 1935

Declarada de Utilidade Pública pelos Decretos: Federal nº 59.502/66 – Estadual nº 9.745 e Municipal nº 422 Isento do Imposto de Renda – Ato Declaratório – Isenção nº 81000/13/71 Registrada no Conselho Nacional de Serviço Social nº 6.393/66 Organização Social de Saúde – Portaria nº 54/2016 de 27/10/2016

# 12.11.1. Cabe ao órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho:

- a) cadastrar o fabricante ou importador de EPI;
- b) receber e examinar a documentação para emitir ou renovar o CA de EPI;
- c) estabelecer, quando necessário, os regulamentos técnicos para ensaios de EPI;
- d) emitir ou renovar o CA e o cadastro de fabricante ou importador;
- e) fiscalizar a qualidade do EPI;
- f) suspender o cadastramento da empresa fabricante ou importadora; e,
- g) cancelar o CA.
- 12.11.1.1. Sempre que julgar necessário o órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, poderá requisitar amostras de EPI, identificadas com o nome do fabricante e o número de referência, além de outros requisitos.

# 12.11.2. Cabe ao órgão regional do MTE:

- a) fiscalizar e orientar quanto ao uso adequado e a qualidade do EPI;
- b) recolher amostras de EPI; e,
- c) aplicar, na sua esfera de competência, as penalidades cabíveis pelo descumprimento desta NR. 7.12. e Subitens.

# 12.0. ILUSTRAÇÕES DO EPI A SEREM UTILIZADOS PELOS PROFISSIONAIS DO SR





FUNDADA EM 1935

Declarada de Utilidade Pública pelos Decretos: Federal nº 59.502/66 – Estadual nº 9.745 e Municipal nº 422 Isento do Imposto de Renda – Ato Declaratório – Isenção nº 8.1000/131/1 Registrada no Conselho Nacional de Serviço Social nº 6.393/66
Organização Social de Saúde – Portaria nº 54/2016 de 27/10/2016

Sapatos impermeáveis

Máscara - PFF2 / N95

Touca descartável

Óculos de Proteção

# 13. INSUMOS E MEDICAMENTOS

Os insumos relacionados ao enfrentamento da Pandemia COVID – 19, variam de acordo com a demanda de atendimentos bem como a gravidade clínica dos pacientes.

É conhecido que a manifestação da patologia pode ser desde pessoas assintomáticas atualmente em sua maioria, sintomáticos leves, moderados e graves sendo que o último há a necessidade de intervenção não somente medicamentosa e, às vezes, necessitando de assistência respiratória com intubação orotraqueal, drogas vasoativas dentre outros procedimentos.

Sendo assim, os investimentos realizados com a aquisição de EPI, insumos e medicamentos podem ser variáveis, sendo impossível quantificar exatamente o gasto mensal. A compra sempre é baseada na média de consumo mensal x atendimentos realizados bem como a situação epidemiológica do município.

Todas as aquisições realizadas pelo Projeto, serão apresentadas em relatório e prestação de contas aos órgãos competentes e à Secretaria Municipal de Saúde, conforme leis vigentes.

Vale ressaltar que os investimentos em EPI, insumos, medicamentos e Contratações Temporárias são mediantes ao repasse financeiro pela Secretaria Municipal de Saúde com recurso financeiro específico para o enfrentamento da Pandemia.

# 14. PLANILHA FINANCEIRA DE RECURSOS HUMANOS

Profissional médico	Quantidade	Valor por plantão	Valor total
Médico plantão 12 horas	31	R\$ 1.230,00	R\$ 38.130,00
Médico plantão 6 horas	31	R\$ 615,00	R\$ 19.065,00
Total	62	R\$ 1.845,00	R\$ 57.195,00



### **FUNDADA EM 1935**

Declarada de Utilidade Pública pelos Decretos: Federal nº 59.502/66 – Estadual nº 9.745 e Municipal nº 422
Isento do Imposto de Renda – Ato Declaratório – Isenção nº 81000/13/71
Registrada no Conselho Nacional de Serviço Social nº 6.393/66
Organização Social de Saúde – Portaria nº 54/2016 de 27/10/2016

		IRI	MANDADE D	A SANTA CA	ASA DE MISE	RICÓRDIA DE	BIRIGUI						www.common
Santa Casa													
de Piirigui	1	PROJETO: PE	RONTO SOCO	DRRO MUNI	CIPAL ARAÇA	ATUBA - CON	ITRATAÇÃO CO	VID					
Organização Social de Saúde													(,)
~		TOTAL	PISO	ADICIONAL	ADICIONAL	TOTAL	TOTAL	_	_	DÉCIMO			
FUNÇÃO	ESCALA	FUNCIONÁRIOS	SALARIAL	INSALUBR	NOTURNO	INDIVIDUAL	RENDIMENTOS	FÉRIAS	1/3 FÉRIAS	TERCEIRO	FGTS TOTAL	FGTS + 40%	TOTAL GERA
ENFERMEIRO ASSISTENCIAL	DIURNO	8	2.971,75	209,00	0,00	3.180,75	25.446,00	2.120,50	706,83	2.120,50	2.431,51	972,60	33.797,94
ENFERMEIRO ASSISTENCIAL	NOTURNO	8	2.971,75	209,00	1.208,76	4.389,51	35.116,08	2.926,34	975,45	2.926,34	3.355,54	1.342,21	46.641,96
ENFERMEIRO ASSISTENCIAL	FOLGUISTA	2	2.971,75	209,00	1.208,76	4.389,51	8.779,02	731,59	243,86	731,59	838,88	335,55	11.660,49
TÉCNICO ENFERMAGEM	DIURNO	19	1.541,33	209,00	0,00	1.750,33	33.256,27	2.771,36	923,79	2.771,36	3.177,82	1.271,13	44.171,72
TÉCNICO ENFERMAGEM	NOTURNO	19	1.541,33	209,00	620,53	2.370,86	45.046,34	3.753,86	1.251,29	3.753,86	4.304,43	1.721,77	59.831,55
TÉCNICO ENFERMAGEM	FOLGUISTA	6	1.541,33	209,00	620,53	2.370,86	14.225,16	1.185,43	395,14	1.185,43	1.359,29	543,72	18.894,17
AUX SERVIÇOS GERAIS	DIURNO	4	1.178,48	209,00	0,00	1.387,48	5.549,92	462,49	154,16	462,49	530,33	212,13	7.371,53
AUX SERVIÇOS GERAIS	NOTURNO	4	1.178,48	209,00	447,82	1.835,30	7.341,20	611,77	203,92	611,77	701,49	280,60	9.750,74
AUX SERVIÇOS GERAIS	FOLGUISTA	1	1.178,48	209,00	447,82	1.835,30	1.835,30	152,94	50,98	152,94	175,37	70,15	2.437,69
RECEPCIONISTA	DIURNO	2	1.562,33	209,00	0,00	1.771,33	3.542,66	295,22	98,41	295,22	338,52	135,41	4.705,44
RECEPCIONISTA	NOTURNO	2	1.562,33	209,00	593,69	2.365,02	4.730,04	394,17	131,39	394,17	451,98	180,79	6.282,54
RECEPCIONISTA	FOLGUISTA	1	1.562,33	209,00	593,69	2.365,02	2.365,02	197,09	65,70	197,09	225,99	90,40	3.141,27
AUXILIAR FARMÁCIA	DIURNO	4	1.541,33	209,00	0,00	1.750,33	7.001,32	583,44	194,48	583,44	669,02	267,61	9.299,31
AUXILIAR FARMÁCIA	NOTURNO	4	1.541,33	209,00	585,71	2.336,04	9.344,16	778,68	259,56	778,68	892,89	357,15	12.411,12
AUXILIAR FARMÁCIA	FOLGUISTA	1	1.541,33	209,00	585,71	2.336,04	2.336,04	194,67	64,89	194,67	223,22	89,29	3.102,78
FARMACÊUTICO	DIURNO	2	3.014,82	209,00	0.00	3.223,82	6.447,64	537,30	179,10	537,30	616,11	246,44	8.563,90
FARMACÊUTICO	NOTURNO	2	3.014,82	209,00	1.145,63	4.369,45	8.738,90	728,24	242,75	728,24	835,05	334,02	11.607,20
FARMACÊUTICO	FOLGUISTA	1	3.014,82	209,00	1.145,63	4.369,45	4.369,45	364,12	121.37	364,12	417,53	167,01	5.803,60
MOTORISTA	DIURNO	2	1.541,33	209.00	0.00	1.750,33	3.500,66	291.72	97.24	291,72	334,51	133,80	4.649,65
MOTORISTA	NOTURNO	2	1.541,33	209,00	585,71	2.336,04	4.672,08	389,34	129,78	389,34	446,44	178,58	6.205,56
MOTORISTA	FOLGUISTA	1	1.541,33	209.00	585,71	2.336,04	2.336,04	194.67	64.89	194.67	223,22	89,29	3.102,78
PORTEIRO	DIURNO	4	1.541.33	209,00	0.00	1.750,33	7.001,32	583,44	194.48	583,44	669,02	267,61	9.299,31
PORTEIRO	NOTURNO	4	1.541.33	209.00	585.71	2.336.04	9.344.16	778.68	259.56	778.68	892,89	357.15	12.411,12
PORTEIRO	FOLGUISTA	1	1.541,33	209,00	585,71	2.336,04	2.336,04	194,67	64,89	194,67	223,22	89,29	3.102,78
AUXILIAR DE MANUTENÇÃO	DIURNO	1	1.722,75	209,00	0,00	1.931,75	1.931,75	160,98	53,66	160,98	184,59	73,84	2.565,79
SUPERVISOR	FOLGUISTA	1	4.845,24	209.00	1.841.19	6.895,43	6.895,43	574,62	191.54	574.62	658.90	263,56	9.158,66
		106								,		,	
									TOTAL	FOLHA PAG	AMENTO		349.970,6
	DESPESAS ADICIONAIS			-					TOTAL	DESPESAS AL	DICIONIAIS		14.662,9
	DESPESAS ADICIONAIS								IOIALL	JESPESAS AL	JICIONAIS		14.662,9
DESPESAS	QTDADE	CUSTO	TOTAL						1	1	Т	OTAL GERAL	364.633,6
LINUEODNAES	DĆ		DĆ										
UNIFORMES	R\$ -		R\$ -	+	-	-					1	1	
EXAMES OCUPACIONAIS	R\$ -		R\$ -	+	-	-							
CONTROLE PONTO	R\$ -	100	R\$ -	1									
TICKET	R\$ -	138,33	14.662,98	+									
EPI	R\$ -		R\$ -	1									
MATERIAIS LIMPEZA	R\$ -		R\$ -	1									
	TOTAL DESDE	SAS ADICIONAIS	14.662,98										
	I O I AL DESFE	ADICIOIANIS	17.002,30	-		1							



### FUNDADA EM 1935

Declarada de Utilidade Pública pelos Decretos: Federal nº 59.502/66 – Estadual nº 9.745 e Municipal nº 422
Isento do Imposto de Renda – Ato Declaratório – Isenção nº 81000/13/71
Registrada no Conselho Nacional de Serviço Social nº 6.393/66
Organização Social de Saúde – Portaria nº 54/2016 de 27/10/2016

# 15. PROVISIONAMENTO RECURSOS HUMANOS

/ILMANDADE	IF	RMANDADE DA	SAN	TA CASA DE N	1ISER	ICÓRDIA DE B	IRIG	UI				30
Santa Casa de Flisiqui  Organização Social do Saúdo  PR	OIFTO: P	RONTO SOCOF	RO N	ΛΙΙΝΙCΙΡΔΙ ΔΕ	2ΔCΔ	TUBA - CONT	RΔT	ACÃO COVID			<b>≥</b>	
	OJE I O. I	NONTO SOCOI		NOTHICH ALA	urçzi	TODA CONT		içno covib				× ***
		JULHO		AGOSTO		SETEMBRO		OUTUBRO	N	IOVEMBRO	[	DEZEMBRO
	33 F	UNCIONÁRIOS	75 F	UNCIONÁRIOS	84 F	UNCIONÁRIOS		PROVISION	AMI	ENTO - 106 FU	INCIO	NÁRIOS
FOLHA DE PAGAMENTO	R\$	31.076,63	R\$	145.873,92	R\$	192.973,09	R\$	263.488,00	R\$	263.488,00	R\$	263.488,00
FGTS	R\$	2.464,89	R\$	11.542,80	R\$	15.408,28	R\$	21.079,04	R\$	21.079,04	R\$	21.079,04
VALE ALIMENTAÇÃO	R\$	2.019,18	R\$	8.345,27	R\$	10.857,44	R\$	14.662,98	R\$	14.662,98	R\$	14.662,98
13º SALÁRIO	R\$	2.589,72	R\$	12.156,16	R\$	16.081,09	R\$	21.957,33	R\$	21.957,33	R\$	21.957,33
FÉRIAS	R\$	2.589,72	R\$	12.156,16	R\$	16.081,09	R\$	21.957,33	R\$	21.957,33	R\$	21.957,33
1/3 FÉRIAS	R\$	863,24	R\$	4.052,05	R\$	5.360,36	R\$	7.319,11	R\$	7.319,11	R\$	7.319,11
FGTS (13º SALÁRIO, FÉRIAS, 1/3 FÉRIAS)	R\$	483,41	R\$	2.269,15	R\$	3.001,80	R\$	4.098,70	R\$	4.098,70	R\$	4.098,70
FGTS (MULTA 40%)	R\$	1.179,32	R\$	5.524,78	R\$	7.364,03	R\$	10.071,10	R\$	10.071,10	R\$	10.071,10
TOTAL GERAL	R\$	43.266,11	R\$	201.920,29	R\$	267.127,19	R\$	364.633,60	R\$	364.633,60	R\$	364.633,60

# Santa Casa

### IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BIRIGUI

#### **FUNDADA EM 1935**

Declarada de Utilidade Pública pelos Decretos: Federal nº 59.502/66 – Estadual nº 9.745 e Municipal nº 422
Isento do Imposto de Renda – Ato Declaratório – Isenção nº 81000/13/71
Registrada no Conselho Nacional de Serviço Social nº 6.393/66
Organização Social de Saúde – Portaria nº 54/2016 de 27/10/2016

# 16. DESPESAS POR RUBRICA E PROVISIONAMENTO

Valores de despesas por rubrica/ mensal	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
RECURSO HUMANOS	R\$ 364.633,60	R\$ 364.633,60	R\$ 729.267,20
Pessoa jurídica medico	R\$ 57.195,00	R\$ 57.195,00	R\$ 114.390,00
Manutenção de veículos	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 16.000,00
Materiais de consumo /EPI	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 160.000,00
Medicamentos	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 100.000,00
Higienização e limpeza	R\$ 42.000,00	R\$ 42.000,00	R\$ 84.000,00
Aluguel	R\$ 5.025,00	R\$ 5.025,00	R\$ 10.050,00
TOTAL	R\$ 606.853,60	R\$ 606.853,60	R\$ 1.213.707,20

Sem mais para o momento e certos da compreensão, reiteramos protesto de elevada estima e consideração.

Atenciosamente.

Miguel Ribeiro CPF:009.356.858-47 Diretor Administrativo Valter Pancioni CPF: 023.530.498-00 Diretor Financeiro



FUNDADA EM 1935 Declarada de Utilidade Pública pelos Decretos: Federal nº 59.502/66—Estadual nº 9.745 e Municipal nº 422 Isento do Imposto de Renda — Ato Declaratório — Isenção nº 8 1000/13/71 Organização Social de Saúde - Portaria nº 54/2016 de 27/10/2016 Registrada no Conselho Nacional de Serviço Social nº 6.393/66

# 16. DESPESAS POR RUBRICA E PROVISIONAMENTO

Valores de despesas por rubrica/ mensal	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
RECURSO HUMANOS	R\$ 364.633,60	R\$ 364.633,60	R\$ 729.267,20
Pessoa jurídica medico	R\$ 57.195,00	R\$ 57.195,00	R\$ 114.390,00
Manutenção de veículos	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 16.000,00
Materiais de consumo /EPI	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 160.000,00
Medicamentos	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 100.000,00
Higienização e limpeza	R\$ 42.000,00	R\$ 42.000,00	R\$ 84.000,00
Aluguel	R\$ 5.025,00	R\$ 5.025,00	R\$ 10.050,00
TOTAL	R\$ 606.853,60	R\$ 606.853,60	R\$ 1.213.707,20

Sem mais para o momento e certos da compreensão, reiteramos protesto de elevada estima e consideração.

Atenciosamente.

CPF: 023.530.498-00 Valter Pancioni

CPF:009.356.858-4 Diretor Administrativo

Miguel Ribeiro

Diretor Financeiro